

ARROGÂNCIA E CONSTRUÇÃO DO ETHOS NO DISCURSO POLÍTICO PORTUGUÊS

Maria Aldina MARQUES
(Universidade do Minho- Portugal)

RESUMO: *Os políticos são arrogantes*. Este enunciado é a expressão de um saber partilhado, doxal, a representação de uma imagem social dos interlocutores do discurso político português. A atribuição de tal característica decorre de um acto avaliativo negativo que pressupõe a interacção verbal prévia, a relação – problemática – com o interlocutor (restrinjo-me à arrogância verbal, ainda que as dimensões paraverbais – mímica, linguagem corporal, tom – não sejam negligenciáveis).

Pretendo, por isso, analisar, no discurso político parlamentar português, a construção do *ethos* de arrogância, analisar o modo como as características do género de discurso contribuem para a construção deste estereótipo. Com efeito, a polarização da relação com o adversário favorece, por um lado, a derrogação da máxima de modéstia, proposta por Leech (1983) pela realização de auto-elogios e, por outro, o insulto como acto ameaçador (FTA) particular (BROWN e LEVINSON, 1987), em simultâneo com a desvalorização do adversário.

RÉSUMÉ: Les Politiciens sont arrogants. Cet énoncé est l'expression d'un savoir partagé, doxal; c'est la représentation d'une image sociale des interlocuteurs du discours politique portugais. Cette caractéristique est le résultat d'un acte d'évaluation négative qui présuppose une interaction verbale antérieure, de confrontation entre les interlocuteurs (on ne va considérer que l'arrogance verbale, malgré l'importance des caractéristiques paraverbales de l'interaction).

Dans le discours politique parlementaire portugais, j'analyse la construction de l'*ethos* arrogant et, en particulier, la façon dont les caractéristiques du genre contribuent à la construction de ce stéréotype. En fait, la polarisation de la relation entre les interlocuteurs favorise l'occurrence, d'un côté, de la dérogação de la maxime de modestie de Leech (1983) par l'auto éloge et, de l'autre, de l'insulte, un acte menaçant (FTA) particulier. Les deux vont de pair avec la discrédibilisation de l'adversaire.

PALAVRAS-CHAVE : acto ameaçador (FTA); arrogância; discurso político; ethos.

MOTS-CLÉ : Acte menaçant (FTA) ; arrogance ; discours politique ; ethos.

1. Enquadrando o conceito de arrogância

“Os políticos são arrogantes”. Este enunciado constitui uma generalização e a expressão de um saber doxal, de uma representação colectiva, estereotipada, do que é «ser político», num determinado tempo e espaço, o Portugal da actualidade. Exprime uma concepção negativa do *ethos* político colectivo a partir do ponto de vista de um destinatário/alocutário, também ele heterogéneo e complexo. Com efeito, se é opinião frequente, se é saber partilhado, que os políticos são arrogantes, é também prática comum a acusação de arrogância entre adversários políticos. Uma situação não será, aliás, independente da outra, contribuindo a segunda para a construção da primeira.

A questão que coloco é a de saber que mecanismos linguísticos de construção discursiva, nos discursos políticos, justificam ou infirmam esta assunção. Que comportamentos sociais-discursivos estão na origem da construção desta representação? Considerarei, por um lado, o contexto histórico-social e, por outro, o discurso político, as suas características no que concerne à organização enunciativa, às modalidades de presença do locutor no discurso, às relações

interpessoais aí construídas, a fim de analisar, no discurso político português, os mecanismos que servem à construção do *ethos* (individual e colectivo) político.

1.1. Arrogância verbal e arrogância não verbal

A expressão da arrogância envolve procedimentos não inteiramente linguísticos, isto é, pode realizar-se, no discurso oral, por meio de dimensões proxémicas e cinésicas, com particular importância para a mímica, os gestos, o tom de voz, ou o ritmo de locução.

O Diário da Assembleia da República (DAR), organizado em duas séries e constituindo a 1ª série¹ o «relato integral de cada sessão plenária», regista, na realidade, uma parte significativa mas não completa das interacções verbais, quer por não considerar alguns dos dados paraverbais, quer por modificar o discurso produzido, “adaptando-o” à escrita. Sendo o presente *corpus* de análise retirado do diário, tratarei apenas os mecanismos linguísticos que manifestam uma arrogância “verbal”.

1.2. Definir arrogância

O Dicionário da Academia define *arrogância* fazendo sobressair a dimensão negativa da ‘qualidade’ em particular pela sequência de sinónimos que apresenta:

Arrogância (...) 1. qualidade daquele que exhibe superioridade em relação aos outros, que tem manifestações de altivez, de sobranceira. ≈ ALTIVEZ, INSOLÊNCIA, PRESUNÇÃO, SOBRANCERIA. (Dicionário de Língua Portuguesa)

No entanto, creio que este conceito é mais do que a definição dada pelo dicionário, porque se agrega à autoridade² da parábola do fariseu e do publicano³, um texto fundador, pertencente às raízes judaico-cristãs que enformam a sociedade ocidental e a sociedade portuguesa em particular. A arrogância complementa-se na humilhação do Outro.

Em termos discursivos, a acusação de arrogância resulta de uma imagem negativa construída pelo alocutário, que assim avalia o discurso do locutor; tem, portanto, uma natureza relacional, isto é, decorre da relação discursiva construída entre os interlocutores, marcada pela agressividade. Constitui-se como contra-discurso, potencialmente polémico.

2. Caracterização do Discurso Político Parlamentar

O Discurso Político Parlamentar constitui uma dimensão fundamental da acção política, e, por consequência, contribui para a construção das representações que circulam sobre os políticos, os seus *ethes*. É constituído por diferentes sub-géneros, onde predominam as interacções verbais que privilegiam o dissenso⁴. O quadro comunicativo é complexo, plurilógico. Os interlocutores apresentam-se ora como vozes colectivas ora como vozes individuais, marcadas de modo prototípico no uso dos pronomes pessoais *eu* e *nós*. A relação interlocutiva realiza-se em dois circuitos comunicativos complementares: a relação entre parlamentares (aí incluindo os membros do Governo) e a relação estes e o povo português, pela mediatização dos debates. Exercendo a sua função de controlo democrático do poder, o Parlamento, partidariamente plural, empenha-se numa actividade discursiva que visa, nomeadamente, impedir que o adversário (Governo mas também Oposição) desenvolva as suas estratégias de poder sozinho e é, por isso,

¹ O excerto que analisamos diz respeito a sessões plenárias, publicadas nesta 1ª série.

² Plantin (texto na internet) afirma a autoridade da parábola enquanto estratégia argumentativa: «...la *fable*, la *parabole* ou l'*exemple*, qui jouissent d'une autorité non moins établie...»

³ Relembro parte da parábola: (“[Jesus] disse também a seguinte parábola a respeito de alguns que confiavam em si mesmos, tendo-se por justos, e desprezando os demais. «Dois homens subiram ao Templo para orar: Um fariseu, e o outro publicano. O fariseu de pé orava assim: Ó Deus, dou-te graças por não ser como o resto dos homens, que são ladrões, injustos e adúlteros, nem como este publicano, jejua duas vezes por semana, pago o dízimo de tudo quanto possuía. (...)» (Lucas, 18:9-14).)

⁴ Sobre o discurso político parlamentar e o debate da interpelação ao Governo, em particular, ver Marques (2000).

essencialmente polémico, ainda que possam ocorrer situações de consenso pontual⁵. Por outro lado, a disputa parlamentar mostra a vulnerabilidade dos poderes políticos que decorre do sistema democrático de partilha de poder. O Parlamento tendo como uma das funções criticar e vigiar o Governo, garante essa vulnerabilidade essencial.

Estas características põem em relevo a organização enunciativa do discurso político parlamentar, de que se destaca a construção discursiva da imagem do locutor, indissociável da relação que estabelece com o adversário. As relações interpessoais são, em parte, construídas e mesmo mantidas pela realização de actos ameaçadores (FTAs)⁶, que são consentidos e até previstos⁷, estando mesmo regulados⁸.

3. Um conceito fundamental – o *ethos*

É verdade que o termo *ethos*, relativo à imagem do locutor que se constrói no discurso e pelo discurso, chega algo tardiamente ao domínio da pragmática e da análise do discurso mas veio progressivamente a concitar a atenção dos investigadores, que o têm desenvolvido em sentidos teóricos diversos⁹.

Charaudeau (2005: 87-88) retoma a problemática do *ethos* para centrar a análise em questões a seu ver importantes, que ainda “font débat”, e têm a ver com a natureza do *ethos*, quer discursivo e/ou pré-discursivo quer individual e/ou colectivo, para destacar o facto de que o *ethos* (discursivo) «en tant qu’image qui s’attache à celui qui parle» depende de quem é o seu alocutário/destinatário: «En effet, l’*ethos*, en tant qu’image qui s’attache à celui qui parle, n’est pas une propriété exclusive de celui-ci ; il n’est jamais que l’image dont l’affuble l’interlocuteur à partir de ce qu’il dit». Ou seja, o *ethos* resulta de um “cruzamento de olhares”, é: «regard de l’autre sur celui qui parle, regard de celui qui parle sur la façon dont il pense que l’autre le voit». É em função da imagem que tem deles (e da que considera que eles têm dele próprio) que o locutor constrói a sua imagem, o seu *ethos*, e desse modo pretende obter a legitimidade do seu dizer, do seu estatuto de locutor.

É preciso notar que este cruzamento de olhares não é necessariamente coincidente. Por isso é que, no discurso político parlamentar, uma imagem pretendida de auto-confiança pode ser interpretada como arrogância.

A análise que Maingueneau (2002) desenvolve sobre o *ethos* estabelece uma classificação que clarifica a complexidade do *ethos* discursivo, das modalidades de expressão do *ethos* - *ethos* dito e *ethos* mostrado - e do papel dos interlocutores (locutor e alocutário) na sua construção, o *ethos* efectivo construído pelo alocutário/destinatário, face ao *ethos* pretendido do locutor, inacessível enquanto tal ao interlocutor e ao analista de discurso, pois só é “recuperado” como *ethos* efectivo:

⁵ Os exemplos que uso constam do Diário da Assembleia da República, 1ª série, entre Janeiro de 1992 e Janeiro de 2008.

⁶ Cf. Brown e Levinson, (1987).

⁷ Cf. Harris (2000:466).

⁸ Regimento da Assembleia da República prevê a agressão verbal na figura da defesa da honra e da consideração: «Artigo 93.º 1 - Sempre que um Deputado ou membro do Governo considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração pode, para se defender, usar da palavra por tempo não superior a três minutos. 2 - O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a três minutos. Artigo 98.º 3 - O orador é advertido pelo Presidente quando se desvie do assunto em discussão ou quando o discurso se torne injurioso ou ofensivo, podendo retirar-lhe a palavra. (Portal da Assembleia da República)

⁹ DUCROT (1984) retoma o conceito de Aristóteles, assimila-o, dentro da teoria polifónica, ao do locutor L (locutor-enquanto-tal) a fim de sublinhar a distinção teórica relativamente a λ (locutor-ser-do-mundo), mas o conceito não ganha maior relevo teórico, sobretudo pela restrição que Ducrot faz ao domínio do enunciado. Plantin, Maingueneau, Charaudeau e Amossy são alguns dos investigadores que desenvolvem e usam o conceito de *ethos*, no quadro da argumentação no discurso ou argumentação linguística, onde a organização enunciativa do discurso tem lugar fundamental: «Il y a irréductiblement de l’énonciatif et de l’interactionnel dans l’argumentation.» (PLANTIN, 1996 :53).

Divergindo da proposta de Ducrot, estes autores distinguem a par de um *ethos* discursivo, um *ethos* pré-discursivo, que coloca, obviamente, a questão do locutor empírico.

L'*ethos* d'un discours résulte d'une interaction entre divers facteurs : *ethos* prédiscursif, *ethos* discursif (*ethos montré*), mais aussi les fragments du texte où l'énonciateur évoque sa propre énonciation (*ethos dit*): directement (« c'est un ami qui vous parle »), ou indirectement, par exemple par le biais de métaphores ou d'allusions à d'autres scènes de parole (ainsi F. Mitterrand dans sa *Lettre à tous les Français* de 1988 comparant sa propre énonciation à la parole du père de famille à la table familiale). La distinction entre *ethos dit* et *montré* s'inscrit aux extrêmes d'une ligne continue puisqu'il est impossible de définir une frontière nette entre le « dit » suggéré et le « montré ». L'*ethos effectif*, celui que construit tel ou tel destinataire résulte de l'interaction de ces diverses instances dont le poids respectif varie selon les genres de discours. (MAINGUENEAU, 2002: 10)

3.1. *Ethos* pré-discursivo e discursivo

O *ethos* pré-discursivo é construído a partir de representações sociais, estereótipos, que num determinado momento circulam numa determinada comunidade. Sendo uma caracterização *a priori*, ela resulta, no entanto, de um fazer discursivo, faz parte da memória discursiva colectiva, ao mesmo tempo que participa da construção do *ethos* discursivo, que assim conjuga a imagem discursiva com a imagem social. Estas representações sociais, que circulam numa determinada comunidade e numa determinada época, servem de ancoragem ao *ethos* discursivo:

Or cet autre [l'interlocuteur], pour construire l'image du sujet parlant, s'appuie à la fois sur des données pré-existants au discours – ce qu'il sait *a priori* du locuteur – et sur celles apportées par l'acte de langage lui-même. (CHARAUDEAU, 2005 : 88)

Estes autores retomam, assim, a complexidade e centralidade da relação interpessoal e das imagens que o locutor e alocutário trazem/constroem de si no discurso, na linha da linguística da enunciação e dos trabalhos fundadores de Benveniste (1966 e 1974) e Kerbrat-Orecchioni (1980).

3.2. *Ethos* colectivo e *ethos* individual

O *ethos* pode ainda constituir-se como imagem de um entidade colectiva, uma classe, uma profissão, uma comunidade mais ou menos alargada, ou como imagem de um indivíduo. No primeiro caso há lugar à construção de um *ethos* colectivo e no segundo de um *ethos* individual, tal como propõe Charaudeau (2005: 90):

L'*ethos* étant affaire de perception à travers des représentations sociales qui tendent à essentialiser cette vision, il peut concerner aussi bien des individus que des groupes. Dans ce dernier cas, on a affaire au jugement qu'un groupe porte sur un autre quant à un trait de son identité.

O *ethos* colectivo é particularmente importante nos discursos públicos, mas é, simultaneamente, um factor de tensão discursiva, pelo cruzamento de *ethos* contrários. É em termos de um *ethos* colectivo que é possível explicar o enunciado generalizante “Os políticos são arrogantes”, um enunciado que não predica nada de um político em particular, mas deriva de práticas discursivas singulares.

4. Discurso político parlamentar - a importância do género na construção do *ethos*

A noção de género é central para a análise linguística do discurso, na medida em que constitui o nó central de todo o processo da construção discursiva. Maingueneau (2002: 3) faz depender a análise do *ethos* do conceito de género: “...la distinction prédiscursif /discursif doit prendre en compte la diversité des genres de discours, qu'elle n'est donc pas pertinente dans l'absolu” .

E vai ainda mais longe na afirmação da importância do género na construção do *ethos*, sublinhando que quando o *ethos* prévio do locutor é desconhecido do alocutário, a identificação do género permite construir uma primeira imagem, um desenho primeiro do que deverá ser o seu *ethos* discursivo (MAINGUENEAU, 2002).

O debate político parlamentar, cumprindo as regras institucionalmente determinadas, cumpre também outros objectivos, em particular pela construção da imagem de si, na relação com o adversário. Não apenas porque falar implica uma imagem de si, como diz Amossy (1999), mas porque, pelo circuito de comunicação mediático, os locutores estabelecem uma relação fundamental com o povo português. Não é um “simples” caso de circulação de discursos, o povo português é, de facto, um destinatário presente, que influencia a construção discursiva, (MARQUES, 2000):

O Orador: — Ora, esta situação, por si só, justifica a interpelação do Partido Socialista, *porque é importante que os Portugueses conheçam o que o Governo diz*; (DAR, 23 de Janeiro de 1992, p.656)

O Discurso político parlamentar tem, assim, uma dimensão, clara ainda que não seja pacificamente assumida, de discurso político de propaganda. Com efeito esta é uma dimensão que surge integrada em actos discursivos de crítica:

O Sr. Ministro Adjunto:— (...) Também a nós nos assiste o direito de fazer um juízo político da iniciativa da interpelação. (...) e o tema é este *por, naturalmente, estarmos em vésperas de eleições regionais nos Açores e na Madeira e importar mandar determinados recados políticos para aqueles dois arquipélagos.*

(...)

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — (...) Sr. Ministro Adjunto, nos próximos anos registam-se eleições em Portugal (...) e é natural que *suscitem a necessidade de esclarecimento dos eleitores. É natural que esse esclarecimento se faça com um debate que se realize na sua sede própria que é a Assembleia da República.* (DAR, 21 de Maio de 1992, pp. 2132 e 2137)

4.1. Construção do *ethos* no discurso político parlamentar

O conceito de *ethos* é descritivamente neutro, mas não o é, obviamente, a sua construção discursiva-social. São imagens necessariamente parciais, activadas pelo género de discurso em que o locutor se mostra, mas previamente construídas num espaço de crenças colectivas e de opiniões, que dão suporte à imagem do locutor e circulam na comunidade no momento da interacção discursiva, isto é, que estão disponíveis no momento da alocação, para serem usadas pelo locutor, mas também pelo alocutário/destinatário. É a existência de “públicos” diversos, de grupos heterogéneos, na comunidade que torna possível a criação de imagens diferentes, que podem ser antagónicas, da mesma classe ou até do mesmo locutor (MARQUES, 2005).

Assumindo que o *ethos* é o resultado do cruzamento de dois olhares e que os olhares dos interlocutores se apoiam em representações pré-discursivas e discursivas, fica uma questão fundamental relativa às características que o discurso político possui para que esta imagem de arrogância se construa.

A imagem da classe política agrega um conjunto de *ethe* que são diversos, segundo se considera o que *deve ser* uma classe política ou o que *é* a classe política. Em termos do que deve ser uma classe política, a proposta da Retórica enforma ainda as representações sociais: competência, capacidade de acção, honestidade, coerência, humildade, racionalidade, são alguns dos estereótipos, interligados, fundamentais para a construção da imagem colectiva, de “classe política”, num contexto de democracia. Nos debates parlamentares, os interlocutores dão lugar explícito à construção estas imagens, de que a coerência constitui traço fundamental:

O Sr. Jorge Lação (PS) – Sr. Presidente, *Sr. Deputado Luís Marques Mendes, é caso para dizer « quem o viu e quem o vê»* (...) na medida em que é impossível nesta matéria ter amnésia, é impossível não nos lembrarmos que o senhor fez parte de um Governo que no essencial, durante dez anos fez o discurso da negação sobre o problema social e as implicações políticas do problema da segurança...

(...) *quantas e quantas vezes o Governo de que participou fez orelhas de mercador a este problema?* (DAR, 10 de Outubro de 1996, pp. 14-15)

Charaudeau (2005: 91- 128), que distingue duas grandes categorias de *ethos* (ou *ethe*) , “les *ethos* de crédibilité” e “ les *ethos* d’identification”, analisa o *ethos* de «competência», que integra na primeira categoria, como uma das imagens mais valorizadas no discurso político. Liga-o explicitamente às dimensões do saber e do saber fazer¹⁰, a considerar numa perspectiva de percurso político global, que implica uma outra imagem, a de coerência¹¹:

«L’*ethos* de «compétence» exige de quelqu’un qu’il possède à la fois savoir et savoir faire (...). Les hommes politiques doivent donc montrer qu’ils connaissent tous les rouages de la vie politique et qu’ils savent agir de façon efficace. C’est au vu de l’ensemble d’un parcours politique que l’on peut juger d’un degré de compétence.» (CHARAUDEAU, 2005 : 96)

A expressão desse saber e saber fazer ocorre num difícil diálogo entre o governo e os partidos da oposição.

A Sr^a Ana Drago (BE): - (...)Sr^as e Srs Deputados, *este projecto prepara-se para ser aprovado em Conselho de Ministros sem qualquer contraditório.* (...)

(...)

O Sr. Luís Fagundes Duarte (PS): - (...). Sr^a Deputada, *é competência do Governo governar. O Governo está a cumprir o seu papel.*

O SR. Luís Fazenda (BE): - *Vai trazer aqui o diploma?*

O Sr. Luís Fagundes Duarte: *Não, isso é competência do Governo.* (DAR, de 25 de Janeiro de 2008, pp. 9 e 12)

As imagens pretendidas pelos interlocutores são construídas usando estratégias discursivas diversas ao serviço, em particular, de um *ethos* que se pretende mostrado ou dito. O *ethos* dito é uma característica fundamental do discurso político em geral, pelas consequências que tem na construção das imagens globais dos interlocutores e das relações que estes estabelecem entre si. Enquanto *ethos* dito, está marcado no discurso por diferentes mecanismos linguísticos que tornam explícita a presença do locutor e que Charaudeau (2005: 134) denomina de enunciação elocutiva¹². A necessidade de acentuar a competência própria, seja do grupo ou do indivíduo, leva o locutor a adoptar estratégias de valorização (valorização da face, na terminologia de Brown e Levinson, 1987), que o credibilizem, com privilégio de actos de auto-elogio¹³:

¹⁰ Charaudeau (1996: 26) define três condições para ter direito a usar da palavra, constituintes do contrato comunicativo e, por conseguinte, válidas para qualquer tipo de interacção, a saber: poder, saber e saber fazer. O Discurso político parlamentar, como discurso institucional pré-determina o «poder», isto é, quem pode usar da palavra e em que condições o pode fazer (MARQUES, 2000 e 2006)

¹¹ Como referido, os diferentes *ethe* políticos estão interligados e são activados/ditos de forma diversa em função de diferentes destinatários e por diferentes destinatários. O *ethos* de confiança é, caracteristicamente, activado em função do povo, isto é, tendo-o como destinatário principal.

¹² Charaudeau retoma a terminologia de Benveniste (enunciação elocutiva, alocutiva e delocutiva). A enunciação elocutiva «...s’exprime à l’aide des pronoms personnels de première personne, accompagnés de verbes de modalité, d’adverbes et de qualificatifs qui révèlent l’implication de l’orateur et décrivent son point de vue personnel : «je conteste», «je suis sûr que nous réussirons ensemble», ...» (CHARAUDEAU, 2005: 135)

¹³ Este funcionamento discursivo contraria a análise do auto-elogio realizado pelas teorias de cortesia. O auto-elogio, acto ameaçador L-orientado, constitui a derrogação do *princípio de modéstia*, proposto por Leech. Kerbrat-Orecchioni (1992 : 186) explica: «Revenons par exemple sur celui que Leech appelle «maxime de modestie» (...). Il recommande :

1. d’éviter ou de minimiser les anti-menaces contre sa propre face positive ; ce que veut dire :

- que l’on ne doit pas se glorifier soi-même...».

Em (2002 :3) acrescenta : « Ainsi pourrait-on considérer comme contre-exemples [de la théorie de al politesse] les cas de ‘politesse envers soi-même’, qu’admet difficilement l’usage ordinaire, alors que pour les théoriciens du face-work celui-ci s’exerce non seulement envers autrui mais aussi envers soi-même (cf. l’introduction introduite par Leech entre principes other-centred vs self-centred). (...) seuls les principes ‘allo-centrés relèvent de la politesse stricto sensu, mais ils impliquent secondairement certaines règles ‘auto-centrées’ comme les maximes de ‘modestie’ ou de ‘dignité’, ...»

O Sr. Pedro Pinto (PSD): — (...) Meus amigos, *como conheço muito bem essas situações, através da experiência muito privilegiada que tive no movimento associativo*, como muito bem sabe o Sr. Deputado António Filipe, vamos ser claros. (DAR, 27 de Maio de 1994, p.2517)

O Sr. Primeiro-Ministro (José Sócrates): - a obra deste Governo está à vista. Neste dois anos e meio fomos capazes de reduzir o défice orçamental para um mínimo abaixo dos 3%. Nos dois anos e meio, reduzimos a dívida e conseguimos (...). Sr. Deputado, *é a isto que eu chamo governar com rigor, com competência e com sentido patriótico, mas também com justiça e com consciência social. Isto honra uma governação socialista.* (DAR, 31 de Janeiro, de 2008, p.8)

Mostrar que se é a melhor escolha para um interesse comum é, simplesmente, um desígnio político, ou mesmo, a essência da acção política. É simultaneamente o ponto de partida para a arrogância, porque a polarização de posições caracteriza a interacção. A construção de um *ethos* de competência nos discursos políticos está directamente condicionada pela procura do dissenso¹⁴:

Sr. Ricardo Martins (PSD): *Ao contrário do Partido socialista*, nunca divergimos, foi sempre essa a nossa posição, desde o início, e essa a posição que mantemos. (DAR, 25 de Janeiro de 2008, p. 38)

Sr. José Calçada (PCP): Sr. Presidente, Sr. Deputado Fernando de Sousa, (...) quero aqui afirmar que respeitamos a autonomia universitária e que, *ao contrário do sr. Deputado, não fazemos qualquer distinção* entre o respeito pela autonomia e o respeito pelo seu exercício. (DAR, 25 de Janeiro de 2005, pp.30-31)

A polarização das relações interpessoais condiciona a construção do *ethos* do locutor, sustenta o desenvolvimento da polémica e pode levar à construção de um «*ethos effectif*» de arrogância, que marcaria a impossibilidade de diálogo, a derrogação dos *ethos* de humildade democrática de competência e de racionalidade, por incapacidade de dialogar com as instituições democráticas e aceitar as críticas

A sr^a Ana Drago (BE): - Sr. Presidente, Srs Deputados: sente-se que o País está cansado da *arrogância em tons de rosa*, do verniz que vai estalando, do rigor que, afinal, se revela indolente e trapalhão. É certo que querendo ou não, *a arrogância da Sr^a Ministra da Educação* fará história. Aqui mesmo, nesta Assembleia, perde-se a conta das vezes em que a *Sr^a Ministra se exasperou e se irritou com a crítica política das oposições.* (DAR, 25 de Janeiro de 2008, p.7)

A desvalorização que o locutor faz do adversário é explicitamente interpretada por este como expressão de um *ethos* que se arroga uma superioridade indevida:

O Orador: - Srs Deputados do Partido Socialista, vou pegar num exemplo paradigmático que ilustra *a ilusão de todo o discurso socialista* e a forma como a opinião pública do norte foi transitoriamente, por algum tempo, iludida pelas vossa palavras...

O Sr. José Junqueiro (PS): - *Que arrogância!* (DAR, 4 de Outubro de 1996, pp16-17)

A acusação de arrogância fragiliza o destinatário, ao identificá-lo com uma imagem autoritária, ditatorial, a partir de um contexto de democracia.

A acusação de arrogância traduz, afinal, uma rede de influências múltiplas¹⁵, numa relação de confronto que faz parte da essência da imagem política, em qualquer debate político.

¹⁴ Os debates da interpelação ao governo são um exemplo claro deste dissenso. O período de encerramento, em que têm a palavra um deputado da bancada parlamentar responsável pela interpelação e um membro do governo, constitui um momento privilegiado de avaliação do debate, em que se reforça a justeza das próprias ideias e acções, por oposição ao ‘descalbro’ da acção e ideias do adversário.

¹⁵ Confirma a construção discursiva da imagem de si como um exercício de influência, já estudado por Goffman (1974).

5. Agressividade, arrogância e insulto. A construção da relação interpessoal

Esta questão leva-nos a considerar a agressividade da linguagem política. As características da interacção parlamentar favorecem a ocorrência de uma linguagem agressiva, em especial o objectivo primeiro da interacção que é vigiar a acção do governo e questioná-lo. Além disso, a relação interpessoal simétrica favorece essa agressividade, porque se exerce «entre iguais».

Alguma investigação recente tem destacado a agressividade como característica da linguagem parlamentar. Ilie (2001:241) apesar de reconhecer que a linguagem agressiva pode ser “very parliamentary” pela frequência com que ocorre, atribui-lhe um carácter marginal¹⁶ que advém de considerar como hipótese plausível, entre outras, para essa agressividade o facto de o Parlamento Inglês não admitir o uso de formas de tratamento directas, isto é, delocutivas:

This indirectness of address forms may be one of the reasons why there is greater acceptance for aggressive language in parliamentary interaction. Since the offensive statements are addressed in the 3rd person through the intermediary of the Speaker, their impact appears somehow reduced. (ILIE, 2001: 240)

Podendo, efectivamente, funcionar como estratégia de atenuação de um acto ameaçador da face, a indirectão das formas de tratamento tem, no entanto, um alcance explicativo restrito. No Parlamento Português ocorrem formas de tratamento “directas”, de alocação, o que não impede a ocorrência frequente, habitual, de linguagem agressiva.

A linguagem agressiva é uma característica do discurso político parlamentar¹⁷. É um «estilo» discursivo, condicionado pelas suas características genéricas, pelos objectivos da interacção, pelo estatuto social dos interlocutores.

Porém, a formalidade e ritualização das interacções parlamentares próprias de um discurso público, institucional, em que os interlocutores estão investidos de uma função social específica, pública, dirige essa agressividade para a instituição¹⁸, ainda que nem sempre seja fácil determinar onde acaba a agressão pública/funcional e começa a pessoal. A arrogância não deixa de sobressair como *ethos* mostrado pelo locutor nestes ataques *ad personam*:

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: (...). O Bloco de Esquerda também não surpreendeu, tem sido, de resto, nos últimos meses, igual a si próprio. Alardeando uma *hipócrita* superioridade moral, feita de *insinuações, calúnias e perversidades*,...

(...)Isto é rigor e verdade. O contrário da *perfidia e da falta de escrúpulos* que hoje o PS tem na política.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Isso é que é ser *politicamente um covarde!*

(...) Isto é, da parte do PS, a política no seu pior, porque é a mistura da *incompetência e da irresponsabilidade política com a total falta de vergonha*.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — *Falta de vergonha é a sua! Falta de escrúpulos e de seriedade!* (DAR, 19 de Maio de 2004, pp. 4913 e 4914)

O Sr. Primeiro-Ministro: - Sr. Presidente, sr. Deputado, desculpe que lhe diga, mas *é talvez o Deputado que nesta Casa tem menos moral para falar de ortodoxia de remodelações!*

Aplausos do PS

Protestos do PSD

Parece que não gostaram, por isso vou repetir: *o sr. Deputado é talvez aquele que menos moral tem para falar em ortoxia de remodelações, porque nunca aconteceu, com este Governo, fazer duas remodelações em quatro dias. Isso nunca aconteceu, e o sr. Deputado sabe bem ao que me refiro...* (DAR, de 31 de Janeiro de 2008, p.11)

¹⁶ «To sum up, parliamentary insulting strategies can be seen as subversive transgressions of the institutional boundaries of parliamentary language use and practices.» (ILIE, 2001, p.259).

¹⁷ O discurso político parece, assim, constituir uma outra excepção ao princípio de cooperação de Grice, bem como à teoria da cortesia de Levinson e Brown, como refere Chris Christie (texto divulgado na internet): «... while, for Brown & Levinson, rational linguistic behaviour involves interlocutors in the avoidance or mitigation of face threatening acts, as Harris (2000) and Ayala (2001) have shown, in the context of parliamentary debate, interpersonal relationships are maintained through the performance of those very acts ...»

¹⁸ Esta dimensão institucional é, talvez, mais consistente como esfera pública, englobando os partidos políticos, o Governo e os membros do Parlamento, na sua função de deputados ou políticos de forma geral.

No entanto, os ataques *ad hominem*¹⁹, não deixam de ocorrer, constituindo uma estratégia ao serviço de um *ethos* “mostrado” arrogante e estabelecendo uma relação interpessoal desigual que pretende ser humilhante para o alocutário/destinatário, descridibilizando-o enquanto membro do Parlamento:

O Sr. Jorge Lacão (PS): (...) Sr. Deputado Luís Marques Mendes, se me tivesse consentido a interrupção que lhe pedi, teria tido o gosto de dialogar consigo para lhe dar uma explicação sobre uma matéria *que o senhor ainda não teve ocasião de perceber*.

(...)

O Sr. Luís Marques Mendes (PSD): - (...) Costumo falar depois de ler e estudar os dossiers e *convido-o também a fazê-lo*. (DAR, 10 de Outubro de 1996, pp. 16 e 19)

Estes actos de arrogância, que participam na construção do um *ethos*, dito, mostrado e efectivo, reconfiguram a relação interpessoal, enquanto se constituem como um acto ameaçador, um FTA próximo do insulto²⁰. Constituem um abuso verbal.

6. Conclusão

À guisa de conclusão, saliento alguns aspectos que permitem compreender a construção do *ethos* de arrogância no discurso político parlamentar.

O *ethos* arrogante faz parte da imagem social dos (inter)locutores do discurso político, da classe política portuguesa

O contexto em que o *ethos* de arrogância se forma é fundamental. No discurso político parlamentar conjuga-se nomeadamente, a situação de democracia com a afirmação reiterada e explícita (dita) de um *ethos* político de competência.

Desta análise decorre, desde logo, a importância teórica do conceito de género e o auto-elogio parece constituir uma característica fundamental do *ethos* discursivo dos políticos, no contraste com a desvalorização do adversário. Esta estratégia discursiva é responsável, pelo menos em parte, pela imagem de arrogância que os portugueses têm dos políticos.

Outras características do discurso político sustentam uma interpretação do *ethos* como arrogante. A polarização da relação com o adversário favorece, por um lado, a derrogação da máxima de modéstia, proposta por Leech através da realização de auto-elogios e, por outro, favorece o insulto como acto ameaçador que põe em causa a relação interpessoal.

O poder executivo é o alvo preferencial da acusação de arrogância: porque é o seu «fazer» que preferencialmente é avaliado

Apesar de a linguagem agressiva ser constitutiva do discurso político parlamentar, mostrar/dizer-se arrogante ou ser acusado de tal atitude evidencia a fragilidade da relação interpessoal, a mútua vulnerabilidade da face dos interlocutores (e do exercício das suas funções políticas) de que fala Kerbrat-Orecchioni e a que Brown e Levinson primeiro deram forma na teoria da cortesia.

Referências

- AMOSSY, R. Images de Soi dans le Discours. Paris: Delachaux et Niestlé, 1999.
BENVENISTE, E. Problèmes de Linguistique Générale, Tomo1. Paris: Gallimard, 1966.
BENVENISTE, E. Problèmes de Linguistique Générale, Tomo2. Paris, Gallimard, 1974.
BROWN, P. e LEVINSON, S. Politeness – some universals in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

¹⁹ Retomo a definição proposta definição Plantin (1996) para argumentos *ad personam* e *ad hominem*.

²⁰Em ILIE (2001:244) o “insulto” é apresentado como um tipoacto onde cabe também o acto de arrogância, tal como tem vindo a ser aqui analisado: «insults are meant to undermine the addressee’s image, position, and authority so seriously as to inhibit any further dialogue.»

- CHARAUDEAU, P. Para uma nova análise do discurso. In Carneiro, A. D. (org.). O discurso da Mídia. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996, pp.5-43.
- CHARAUDEAU, P. Le Discours Politique – Les Masques du Pouvoir. Paris: Vuibert, 2005.
- CHRISTIE, C. Politeness and the Linguistic Construction of Gender in Parliament: An Analysis of Transgressions and Apology Behaviour (working papers on the web, 2007) , disponível em: <http://extra.shu.ac.uk/wpw/politeness/christie.htm>. Acesso em: 11 de Maio 2007.
- DUCROT, O. Le Dire et le Dit, Paris: Ed Minuit, 1984.
- GOFFMAN, E. Les rites de l'Interaction, Paris: Seuil.
- HARRIS, S. Being Politically Impolite: Extending politeness theory to adversarial political discourse. Discourse and society 12 (4), 2000, pp. 451-472.
- ILIE, C. «Unparliamentary Language: insults as cognitive forms of ideological confrontation», in Dirven, R.; Roslyn, F.; Ilie, C. Language and Ideology, vol.II. Amsterdam: John Benjamins publishing, 2001, pp. 238-261.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. L'énonciation. De la Subjectivité dans le langage. Paris, A. Colin, 1980.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. Les Interactions verbales. Tome II, Paris, A. Colin, 1992.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. Politesse en deçà des Pyrénées, impolitesse au delà : retour sur la question de l'universalité de la (théorie de la) politesse. Marges Linguistiques, 2002, pp.1-18. Disponível em : (<http://.marges-linguistiques.com>). Acesso em: Dezembro de 2002.
- MAINGUENEAU, D. “Problème d’ethos. Pratiques 113-114 (versão electrónica : L’ethos, de la rhétorique à l’analyse du discours).2002. Disponível em : http://pagespersoorange.fr/dominique.maingueneau/intro_company.html). Acesso em : 12 de Dezembro de 2007.
- MARQUES, M. A. Funcionamento do Discurso Político Parlamentar – organização enunciativa no Debate da Interpelação ao Governo. Braga: CEHUM/ Universidade do Minho, 2000.
- MARQUES, M. A. Debate, argumentação e organização enunciativa. Comunicação e Sociedade 8. (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho). Porto: Campo das Letras, 2005, pp.47-62.
- MARQUES, M. A. Narrativa e discurso político: Estratégias argumentativas. In MACEDO, A.. G. e KEATING, E. (org.), O Poder das Narrativas, as Narrativas do Poder, Actas dos Colóquios de Outono 2005-2006, Universidade do Minho/CEHUM, 2006, pp. 303-316
- PLANTIN, Christian. 1996. L'Argumentation. Paris: Le Seuil
- PLANTIN, C. Autorité montrée, autorité citée. Disponível em : icar.univ.lyon2.fr/membres/Cplantin/actualites.htm. Acesso em: 12 de Janeiro de 2008.

Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001

Portal da Assembleia da República Portuguesa: www.parlamento.pt